ou serviço com o curso da Academia Militar ou extintas escolas suas antecessoras, no activo ou na reserva, de preferência habilitados com a licenciatura em Direito ou com prática dos serviços de justiça militar, de posto não inferior a major, no caso dos juizes militares, ou a capitão, nos restantes casos, nomeados pelo Ministro do Exército.

§ 1.º Nas províncias ultramarinas poderá recorrer-se a militares de qualquer ramo das forças armadas, em comissão de serviço noutros Ministérios, autorizados pelo respectivo titular, mas, se assim mesmo não for possível nomear um oficial superior para o desempenho das funções de juiz militar, poderá o Ministro do Exército nomear para o cargo um capitão que preencha as condições expressas no corpo deste artigo.

§ 2.º Excepcionalmente, a nomeação para o cargo de defensor officioso dos tribunais militares territoriais poderá recair em oficial de patente inferior a capitão desde que habilitado com a licenciatura em Direito.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Horácio José de Sá Viana Rebelo* — *Manuel Pereira Crespo* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Promulgado em 25 de Fevereiro de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado nos *Boletins Officiais* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

Decreto n.º 69/72

de 3 de Março

Solicita a Junta de Freguesia de Fontoura, do concelho de Valença, a exclusão do regime florestal de uma parcela de terreno baldio, com a superfície aproximada de 10 ha, incorporada no perímetro florestal da Boalhosa, submetido ao regime florestal pelo Decreto n.º 46 457, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 166, de 27 de Julho de 1965, a fim de, com o produto da sua alienação, proceder a diversos melhoramentos locais.

Considerando o fim a que o terreno se destina e dado o parecer favorável dos serviços competentes;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É excluída do regime florestal parcial a que foi submetida pelo Decreto n.º 46 457, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 166, de 27 de Julho de 1965, uma parcela de terreno baldio do perímetro florestal da Boalhosa, com a superfície de cerca de 10 ha, e restituída à administração da Junta de Freguesia de Fontoura, a fim de, com o produto da sua alienação, proceder a diversos melhoramentos locais.

Art. 2.º A entrega desta parcela de terreno só será efectivada depois de a Junta de Freguesia de Fontoura

proceder à sua demarcação de acordo com as instruções que receber da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

Marcello Caetano — *António Manuel Gonçalves Rapazote* — *Vasco Rodrigues de Pinho Leônidas*.

Promulgado em 22 de Fevereiro de 1972.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Decreto n.º 70/72

de 3 de Março

O Decreto n.º 499/70, de 24 de Outubro, introduziu algumas alterações importantes ao Regulamento Geral dos Hospitais, aprovado pelo Decreto n.º 48 358, de 27 de Abril de 1968, no sentido de actualizar as condições de funcionamento dos órgãos directivos e de administração dos hospitais centrais gerais.

Verificou-se, porém, que, relativamente ao Hospital Geral de Santo António, o funcionamento dos órgãos de administração e direcção, nos termos gerais estabelecidos, não se adaptava, em aspectos de pormenor, ao exercício tradicional das funções que o compromisso atribui à mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto, de quem aquele depende.

A Misericórdia do Porto solicitou, por isso, que se ajustasse, na parte pertinente, o funcionamento dos referidos órgãos, para que na hierarquia dos seus serviços não surgissem dúvidas quanto à competência de cada um deles.

A alteração que agora se introduz no Regulamento Geral dos Hospitais visa prevenir as dificuldades que, eventualmente, possam surgir.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 83.º, n.º 4, 84.º, n.ºs 4, alínea d), e 5, 85.º e 91.º, n.ºs 2 e 3, do Regulamento Geral dos Hospitais, com a redacção dada pelo Decreto n.º 499/70, de 24 de Outubro, passam a ter a seguinte redacção:

- Art. 83.º — 1.
2.
3.
4. O Hospital Geral de Santo António, da Santa Casa da Misericórdia do Porto, disporá dos mesmos órgãos de administração e de apoio técnico, sem prejuízo de continuar a ser administrado superiormente pela instituição a que pertence, nos termos da legislação geral, com as alterações constantes do Decreto-Lei n.º 48 357 e do presente Regulamento.
5.
- Art. 84.º — 1.
2.
3.
4. Compete ao conselho de administração:
- a)
- b)
- c)
- d) Aprovar os orçamentos gerais e as tabelas orçamentais para cada hospital e suas alterações, sem prejuízo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei